

DESCRIÇÃO DO PROJETO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A função educativa é uma das principais razões para a atuação das Comissões de Ética setoriais. Conforme dispõe o Decreto 1.171/94, as Comissões de Ética são encarregadas de “orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público”. Ademais, a Resolução CEP nº 10/2008 dispõe que compete àquelas Comissões “coordenar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre ética no órgão ou entidade”.

Por meio de seu papel educativo, a Comissão de Ética pode disseminar informações e contribuir para o melhor andamento da administração pública. Essa foi uma das principais lições aprendidas nos cursos promovidos pela Comissão de Ética Pública (CEP) pelos integrantes da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores (CEMRE) e de sua Secretaria-Executiva. A realização de cursos de capacitação, portanto, insere-se hoje entre as prioridades da CEMRE.

O desafio encontrado pela CEMRE foi o de cumprir tal objetivo de treinamento e disseminação sobre ética pública numa instituição cujos servidores encontram-se lotados em diferentes países e também em escritórios de representação do Itamaraty em outros Estados brasileiros. A concretização de um curso de capacitação sobre o tema defrontou-se, então, com a dificuldade de reunir servidores para a realização de treinamento presencial e problemas com custos de deslocamento, fusos horários diferentes e até mesmo acesso local intermitente à internet em alguns países.

Optou-se, dessa maneira, pela criação de um curso ministrado na modalidade à distância, por meio de aulas “web”. Para tanto, a CEMRE trabalhou em parceria com a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento (DTA) do MRE, que já contava com a Plataforma SOLAR, desenvolvida pelo Instituto UFC Virtual, da Universidade Federal do Ceará, voltada à realização de cursos à distância.

A CEMRE elaborou, assim, o curso “Ética na Administração Pública”, no formato de cinco aulas e duração de uma semana. O curso incluiu:

- leitura de conteúdos on-line e off-line sobre diretrizes e normas que regem a conduta ética profissional do servidor público federal, levando-se em conta especialmente as particularidades do serviço exterior;
- a interação dos alunos em fóruns de discussão, com a participação de tutor designado pela Comissão de Ética do MRE, com base nas leituras propostas relacionadas à legislação sobre ética no serviço público; e

- a realização de atividade, ao final do curso, para avaliação e fixação dos conteúdos.

A primeira edição do referido curso ocorreu no âmbito dos cursos de promoção de Oficiais e Assistentes de Chancelaria do Itamaraty e contou com a participação de duas turmas, num total de cerca de 45 participantes. Conforme a proposta do curso, os participantes realizaram a leitura dos conteúdos e discutiram com o tutor diversos assuntos relacionados ao tema da ética na Administração Pública. Muitos participantes aproveitaram a ocasião para dirimir dúvidas sobre o regramento ético e buscaram esclarecimentos sobre a legislação e sua aplicação. Ao final, a grande maioria expressou satisfação e agradecimento pela oportunidade de familiarizar-se com a legislação relacionada ao tema da ética no serviço exterior.

A CEMRE considerou muito positiva a realização da primeira edição do curso “Ética na Administração Pública”, que ainda deverá ser aprimorado à luz das primeiras experiências. A prática de cursos à distância, nos moldes da Plataforma Solar, possibilita integrar servidores localizados em diversas localidades e fusos horários. Poderia, nesse sentido, ser útil a outras instituições que vivam dificuldades semelhantes.